

A Agência Nacional e a Comunicação Social

MAURÍCIO VAITSMAN

Diretor da Divisão da Agência Nacional,
ex-Secretário do "Diário de Notícias" do
Rio de Janeiro

A comunicação social em um país de dimensões continentais como o Brasil padece de dificuldades que, não raro, escapam à argúcia dos estudiosos e doutrinadores mais atentos, quando não tarimbados no "métier", na prática diuturna ou na luta para solução de tantos problemas que ela suscita, a curto, médio e longo prazos. Essas dificuldades só agora, no atual Governo da República, estão sendo superadas, com a criação do Ministério das Comunicações e da EMBRATEL, permitindo um planejamento racional, capaz de romper o isolamento em que ainda vivem praticamente os habitantes dos rincões mais distantes do nosso imenso território.

A verdade dolorosa é que o Brasil não acompanhou em ritmo adequado o avanço tecnológico registrado nos setores de imprensa, rádio, cinema e televisão, depois da última Guerra Mundial. Ficamos na contemplação estática do progresso de outros países e despertamos, com indiscutível atraso, para a corrida com que ora procuramos recuperar o tempo perdido, na ânsia

patriótica de levar a informação correta a todo o nosso povo e, assim, motivá-lo a participar ativamente da obra grandiosa do desenvolvimento nacional.

Já ressaltou o Presidente Médici que deseja ver todos os brasileiros não como espectadores, mas como participantes efetivos dessa tarefa ciclópica. A motivação popular, na amplitude almejada, terá que contar, para sustentá-la de forma conveniente, com um complexo sistema de canais de comunicação, por onde possa fluir a informação exata, inspirada nos altos princípios que dignificam a civilização, e base do conhecimento indispensável a qualquer cidadão para alimentar o seu justo desejo de prosperar e alcançar estágio social mais elevado, contribuindo, ao mesmo tempo, para o engrandecimento da Nação.

Um breve histórico desse complexo problema em nosso País mostra que, além dos obstáculos geográficos e das carências de ordem técnica e econômica, sofremos, também, dos efeitos

negativos de paixões e incompreensões políticas, sempre que o tema esteve em debates, ao longo dos tempos.

Começamos, de fato, a sentir a necessidade de expansão das nossas comunicações, como imperativo de fortalecimento sócio-econômico nacional e de autodefesa no quadro de um mundo em ebulição crescente, com o Código de 1932, quando se fixou, pela primeira vez, o conceito de "rede nacional". Veio depois o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) consagrar a "Hora do Brasil", que foi o primeiro instrumento para se vencer o isolamento das nossas populações, levando-lhes diariamente a palavra governamental com os atos e atividades em geral da administração pública.

Com o final da Grande Guerra e a derrocada ao chamado Estado Novo, desmantelou-se a estrutura formada pelo DIP e seus tentáculos — os Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda (DEIPs). Mas, a despeito de quantas críticas de natureza política possam ser lançadas a esses órgãos, restou ao sistema um saldo altamente positivo em termos de integração cívica — a Agência Nacional com o programa radiofônico que, posteriormente, veio a denominar-se "A Voz do Brasil", com meia-hora consagrada exclusivamente ao Congresso Nacional.

A velha estrutura ficou afetada pelos acontecimentos políticos que, no seu desdobramento natural, privaram a Agência Nacional dos recursos com que antes o DIP contava para fazer funcionar a sua máquina, ajustá-la e modernizá-la de acordo com as necessidades dos novos tempos, em que a

comunicação revelava todo o seu potencial, evoluindo do campo meramente político para se espalhar como fator de desenvolvimento cultural, social e econômico, com concepções doutrinárias cada vez mais avançadas, juntamente com o vertiginoso surgimento de novos instrumentais tecnológicos destinados à imprensa, ao rádio, ao cinema e à televisão.

Não discutimos aqui os propósitos políticos que inspiraram e alimentaram durante largo período da nossa História toda aquela máquina, mas não podemos negar, em sã consciência, com a isenção de quem apenas analisa os fatos irretorquíveis, tudo quanto de positivo sobrou da velha estrutura. Não queremos aqui as interpretações polêmicas em torno de um regime político já morto e enterrado. O fato incontestável é que, instituída com objetivos predominantemente políticos, a então "Hora do Brasil" estabeleceu o primeiro sistema de comunicação de massa do Governo da República. Esse trabalho era ajudado de forma decisiva pelos DEIPs, que funcionavam subordinados administrativamente aos Governos dos seus respectivos Estados, mas obedientes ao comando político do Poder Central.

Desfeita essa estrutura, e manietada a dotações orçamentárias ridículas, a Agência Nacional teve que reduzir o volume dos seus serviços, pois não poderia manter o mesmo ritmo de trabalho sem contar com uma rede de Sucursais e Correspondentes, que substituíssem os antigos DEIPs. Não obstante, a Agência logrou manter incólume "A Voz do Brasil", único canal eficiente para levar a todos os quadrantes do nosso território, com a uti-

lização dos precários meios de radio-difusão disponíveis, a imagem da operosidade governamental. E, para tanto, também teve que enfrentar e vencer pressões as mais esdrúxulas.

A lembrança do DIP, entretanto, tornou penosa a ação da Agência Nacional. Herdeira de órgão malsinado, viveu anos de penúria, incapacitada até mesmo de renovar seus equipamentos já obsoletos. Ainda assim, desaparelhada, nunca deixou de executar com eficiência a sua grande tarefa de integração, levando a presença do Governo Federal aos Estados e projetando êstes últimos no cenário nacional.

Sòmente a Revolução, fixando melhor entendimento sòbre os problemas e os objetivos nacionais, veio modificar êsse quadro, passando a Agência Nacional a ser encarada não como um espectro do DIP, mas como órgão realmente indispensável à obra de integração, um instrumento de informação capaz de motivar o povo para a grandiosa tarefa de renovação do País, em todos os setores. Daí a reestruturação por que está passando êsse órgão, renovação delineada no Governo do Presidente Castello Branco, iniciada no do Presidente Costa e Silva e impulsionada, em definitivo, no do Presidente Médici.

Ao se completar essa remodelação, poderá a Agência Nacional ampliar a assistência que presta aos veículos de comunicação existentes no País, através da distribuição do noticiário oficial e da divulgação do trabalho de tôdas as entidades que pugnam pelo nosso desenvolvimento cultural, político cívico, social, econômico e artístico. Já

hoje em dia é considerável essa contribuição. Além do programa radiofônico "A Voz do Brasil", que breve chegará em perfeitas condições técnicas a todos os recantos do País, graças à instalação de estações repetidoras em diferentes Estados e à extraordinária expansão da rede da EMBRATEL, está a Agência ampliando o número de suas Sucursais, dotando-as de equipamentos modernos e Interligando-as pelo sistema de "telex", de sorte a poder servir melhor aos órgãos de divulgação — jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão, cinemas e agências noticiosas nacionais e estrangeiras, além de atender mais amplamente às necessidades das entidades governamentais.

Seria fastidioso alinhar aqui dados estatísticos para comprovação do serviço que a Agência Nacional presta a todos os canais de comunicação, com o objetivo de manter o povo brasileiro realmente informado sem distorções da verdade. No entanto, para que se possa ajuizar da magnitude de suas tarefas, basta assinalar que ela atende a mais de 900 jornais e a mais de mil emissoras e incontáveis serviços de alto-falantes do Interior do País, sem incluir os das Capitais de Estado, sobretudo na Guanabara, onde o noticiário distribuído à imprensa preenche a média diária de setenta páginas dactilografadas, sendo muitas matérias acompanhadas de fotografias, com amplo aproveitamento. Por sua vez, as emissoras de rádio e de televisão recebem três noticiosos por dia e às Embaixadas estrangeiras são fornecidos boletins semanais em português, inglês e castelhano. Também as televisões e cinemas são beneficiados com filmes produzidos pela Agência, cujos

esforços se desdobram nos mais variados setores, procurando incorporar as mais recentes conquistas tecnológicas para aprimorar seus meios de comunicação e levar a informação correta a todos os pontos do País.

A citação desses breves dados visa a mostrar a imagem exata da Agência Nacional, sem as deformações que suas origens no extinto DIP poderiam incutir no espírito de observadores desavisados ou influenciados por prevenções políticas, injustificáveis nesta fase histórica em que o Brasil reencontra o caminho do seu progresso, em or-

dem, paz e segurança, honrando sua vocação para a liberdade.

A verdade é a palavra de ordem do Presidente Médici. E se a informação livre e adequada, como se proclamou nas Nações Unidas, é a pedra de toque de todas as liberdades, a Agência Nacional pode orgulhar-se de balisar seu roteiro de ação dentro desse rumo, refletindo sempre, invariável e fielmente, a verdade dos fatos, que todos devem conhecer para que se fortaleça cada vez mais a comunhão dos brasileiros na construção do destino de grandezas da nossa Pátria.